



OS DESAFIOS DA AUTOGESTÃO EM UM EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES REI DO PET (ARREP) – PONTA GROSSA/PR

SZUL, Karoline Dutra
MOURA, Reidy Rolim de

RESUMO: A Associação de Recicladores Rei do Pet (ARREP) localizada no município de Ponta Grossa/PR, desenvolve o trabalho associativo na perspectiva da Economia Solidária (ECOSOL), pautando princípios como: autogestão, solidariedade, respeito ao meio ambiente, entre outros. Portanto, busca-se discutir os desafios enfrentados ao longo dos anos pela associação, principalmente no que concerne a forma de organização da associação. Bem como explicar o surgimento da ARREP, considerando os aspectos históricos do seu surgimento, a saber: iniciativas tomadas para sua institucionalização, parcerias firmadas, característica dos associados, entre outras. Poderá se perceber que ECOSOL tem sido contribuidora nesse grupo não apenas no que tange a questão de geração de renda, mas, principalmente tem impactado no fortalecimento dos vínculos entre os associados, na capacidade de maior cooperação entre eles na vida para além do trabalho, na capacidade de ação e de participação nas discussões necessárias em busca de seus direitos, assim como, em maior autonomia, confiança e auto estima de cada um dos participantes.

PALAVRAS-CHAVE: Autogestão; Trabalho associativo; Reciclagem.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: AUTOGESTÃO E AGÊNCIAS DE FOMENTO

No Brasil a Economia Solidária surge no final da década de 1980, quando setores do movimento sindical sentiram necessidade de lutar pelos postos de trabalhos dos milhares de trabalhadores que estavam perdendo seus empregos e que não estavam conseguindo se reinserir no mercado de trabalho, ou por aqueles que estavam na informalidade.

As experiências de economia solidária surgem no cenário sócio-político do país através de articulações políticas e agenciamentos produtivos envolvendo organizações não governamentais, movimentos sociais, igrejas e sindicatos.

Tem como alguns princípios primordiais a solidariedade, autogestão, autonomia, cooperativismo, entre outros. A Economia solidária e autogestão são termos que estão intrinsecamente ligados.



Singer define Economia Solidária como sendo:

[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. (SINGER, 2012, p.2)

Para Bertucci (2010, p. 51) a Economia Solidária pode ser entendida como: “[...] um conjunto de organizações econômicas, caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho por meio de mecanismos de tomada coletiva de decisões e pelo engajamento comunitário”. Para tal, a organização mais simples são os Empreendimentos Econômicos Solidários, que por sua vez pode ser uma cooperativa, associação ou um grupo informal.

A partir das experiências já existentes no país, vem sendo discutido estratégias de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social, formando assim cooperativas e associações. Assim a Economia Solidária no Brasil, de acordo com Eidelwein (2009, p. 41):

[...] vem se configurando, principalmente a partir dos últimos 20 anos do século XX, em um conjunto de iniciativas de geração de trabalho e renda que reúnem não somente, mas também, trabalhadores desempregados e em situação de vulnerabilidade social.

Na década de 1970 no Brasil, o neoliberalismo encontrava-se em ascensão, porém como decorrente do sistema capitalista, no decorrer das décadas aconteceu a chamada “crise do neoliberalismo” afetando os trabalhadores de uma forma geral. Nessa época a taxa de desemprego se elevou e a alternativa da inserção trabalhos informais também. Foi na década de 1990 que o mercado informal tomou grandes proporções acompanhado da massiva precarização do trabalho.

A partir disso, trabalhadores e trabalhadoras buscaram uma alternativa na união mútua entre eles, a fim de buscar outras formas para desenvolver suas atividades produtivas e garantir a subsistência. Uma das alternativas se deu através do cooperativismo e do associativismo, com vistas a Economia Solidária.

[...] um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática [...] Eles têm que cumprir estritamente aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos autogestionários, em que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros. (SINGER, 2008, p. 289).



Assim, para Singer (2003), a economia solidária configura-se a partir do princípio da solidariedade em detrimento do interesse individual e ganho material, problematizando a competitividade estimulada pelo sistema capitalista. Nesse sentido, a economia solidária aponta para a construção de um tecido social que suplante a desigualdade na distribuição dos excedentes, “negando a acumulação privada de riqueza mediante a exploração do trabalho do outro” (BERTUCCI, 2010, p. 42).

No processo de desenvolvimento dos princípios da Economia Solidária na dinâmica de um empreendimento, aliados à sua dimensão educativa, identifica-se o questionamento de toda forma de discriminação, o que amplia as possibilidades de inserção dos grupos sociais vulneráveis.

A Economia Solidária é construída, quando os/as trabalhadores/as se organizam em “uma atividade economicamente viável e socialmente justa com vistas a garantir sua subsistência”, levando em conta princípios basais como a não-exploração do trabalho, propriedade coletiva dos meios de produção, autogestão, democracia, horizontalidade, engajamento comunitário, solidariedade, reciprocidade, cooperação e compromisso com o desenvolvimento do território.

Existe a diferença entre a heterogestão praticada das empresas capitalistas e a autogestão nos empreendimentos econômicos solidários, sendo as duas para fins diferenciados. Não se pode induzir que os trabalhadores se inclinam naturalmente para um desses modelos. A autogestão tem mais identidade conforme o número de militantes num empreendimento econômico solidário. Compreende-se que a autogestão como princípio norteador da Economia Solidária acaba por aumentar o contexto de igualdade e democracia dentro dos empreendimentos.

Ressalta-se que a Economia Solidária ganhou maiores proporções a partir de grupos marginalizados que sofriam com a exclusão social, principalmente no auge da crise do neoliberalismo. Com o passar dos anos a Economia Solidária abarcou diversos grupos de variadas atividades produtivas que se identificavam com o contexto de luta e igualdade que esta se propõe.

Ainda antes da economia solidária ser adotada como política pública nacional, ela já surgia como objeto de compromissos regionais de governos locais. As ações de geração de trabalho e renda são um exemplo disso, com experiências concretas de apoio de ONGs ou organizações religiosas realizando capacitação de pessoas, assessoria, doação de recursos ou cessão de infraestrutura para apoiar associações e cooperativas populares.



As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, como a IESol, são entidades de fomento que vem com a proposta de dar apoio incubando empreendimentos de grupos socialmente vulneráveis, auxiliando na sua estruturação física e formação até que tenham condições de se inserir no mercado como núcleos de Economia Solidária. Assim, a visão de formação de um empreendimento dentro da Economia Solidária inclui não só os aspectos técnicos da produção e da administração, mas também os aspectos da formação autogestionária e social.

Essas ITCPs são em sua maioria ligadas a projetos de extensão de Universidades, sendo a IESol um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, e existindo no Brasil uma Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

IESOL e ARREP – HISTÓRICO E PERFIL

A ARREP é incubada pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) um programa permanente de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que dentre as atividades realizadas dá ênfase ao apoio a iniciativas de trabalho coletivo pautados pela ECOSOL.

A IESOL Foi criada oficialmente em setembro de 2005, sendo este ano também considerado o um novo momento da Economia Solidária no Brasil, onde a Universidade torna um espaço para essa prática e sua discussão. Cabe destacar que em 28 de maio de 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada e vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a função de coordenar atividades de Economia Solidária dando um grande passo para que a Economia Solidária seja vista enquanto política pública e reconhecida pelo Estado.

A equipe da IESOL é formada por professores, técnicos, alunos e voluntários, abrangendo pessoas não apenas da UEPG e não só de apenas uma área de conhecimento. A organização interna dá-se através de sub-equipes multi e interdisciplinar, cujo objetivo principal é a incubação (acompanhamento e assessoria) de empreendimentos econômicos solidários (EES). Além das ações voltadas para esta finalidade, são realizadas inúmeras atividades no sentido de promover e divulgar a economia solidária e o trabalho da IESol. Para o planejamento, execução e avaliação das atividades, a equipe distribui-se de duas formas, não excludentes: a) equipes de incubação que acompanham os empreendimentos; b) núcleos de apoio que fornecem suporte a todos as equipes e empreendimentos.



No que tange as iniciativas tomadas para sua institucionalização e parcerias firmadas, o grupo que atualmente se reconhece enquanto ARREP, Associação de Recicladores Rei do Pet, procurou no início de 2010 o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Santa Luzia com o intuito de se organizar enquanto Associação ou Cooperativa. A equipe técnica do CRAS primeiramente procurou a Universidade Estadual de Ponta Grossa, através do projeto de extensão intitulado: “Direitos Sociais, Educação Ambiental e Organização Comunitária” do Departamento de Serviço Social, e estes, contataram a IESoL para a realização de uma Incubação com o grupo. Cabe destacar que “O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias.” (PNAS p. 29, 2004).

O trabalho teve início com o grupo nas dependências do CRAS tendo como perspectiva metodológica:

(...) a educação em direitos humanos, de perspectiva crítica, transformadora ou qualquer outra palavra que se poderia proferir aqui, necessita essencialmente levar em conta a vida cotidiana da comunidade, sendo que para transformar a realidade se faz necessário trabalhar o cotidiano em toda a sua complexidade. (MOURA, et al, 2011)

Esta forma de trabalho exigiu a vigência de práticas educativas participativas e dialógicas, que trabalham a relação prática-teoria-prática na qual o cotidiano educativo esteja impregnado da vivência dos direitos humanos. Nela está prevista a construção de um plano de formação na perspectiva da economia solidária, enfatizando o trabalho enquanto coletividade e para autogestão, com o uso de materiais de extrema facilidade de compreensão, incluindo dinâmicas e vivências que levem em conta o saber da comunidade. (MOURA, et al, 2011).

Desde 2010 as seguintes ações podem ser destacadas como resultados: formação da Associação de Recicladores; aprovação do Estatuto através de Assembléia; Processo eleitoral para a gestão da Associação; consolidação do grupo que permaneceu do começo das articulações até o presente ano em 22 associados; foram realizadas mediações para local de separação do material (barracão) sendo o poder público municipal disponibilizou em junho de 2012 um barracão para uso da associação; realizou-se atividades de formação sobre: Economia Solidária e seus princípios, noções de política, participação, controle social e autogestão.

As atividades de incubação envolvem a inclusão da ARREP como uma das associações de catadores cadastradas na prefeitura para receberem o material recolhido na coleta seletiva municipal. A formalização de uma associação e a



estruturação de um barracão como sede física do empreendimento são itens exigidos pela legislação municipal para incluir essas catadoras no programa da prefeitura.

Com relação as característica dos associados da ARREP destaca-se que:

QUADRO 1 – ASPECTOS GERAIS DOS PARTICIPANTES DA ARREP

1. Característica dos participantes da ARREP	2. Índice de rotatividade
Desde sua institucionalização a ARREP é formada majoritariamente por mulheres, sendo que atualmente constitui o quadro de participantes da ARREP 16 mulheres e 4 homens. A idade dos associados varia de 20 a 70 anos.	Há um alto índice de rotatividade entre os membros da associação. Contudo, essa rotatividade ocorre de forma destacada entre os membros homens do grupo, considerando que a maioria das mulheres permaneceu desde o início na associação.
3. Representatividade nos cargos da diretoria	4. Nível de escolaridade
A ARREP dispõe de uma diretoria formada por presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e conselho fiscal. Nota-se que longo dos anos os cargos da diretoria foram ocupados majoritariamente por mulheres, em especial o cargo de presidente.	Num aspecto mais amplo, são pessoas com baixa escolaridade que não conseguiram se inserir em outras formas de trabalho.
5. Benefícios Sociais	6. Deslocamento e meio de locomoção até a ARREP
Mais da metade dos associados recebem benefícios sociais do governo. O Programa Bolsa Família tem maior incidência, enquanto somente dois dos associados recebem aposentadoria. Nota-se que para a maioria o trabalho na ARREP se constitui como principal fonte de renda, ou seja, dependem exclusivamente da venda dos materiais para sua subsistência, familiar e/ou individual.	A maioria dos associados se deslocam de a pé até o barracão da ARREP, uns devido a proximidade do local de moradia outros por não possuir dinheiro para o pagamento integral da passagem. O tempo de locomoção dura entre 15 minutos à 1 hora e 30 minutos.

Fonte: elaborado pelas autoras

Os participantes da ARREP ainda enfrentam muitas dificuldades, mas uma vez sediadas em um barracão já dispõe de um espaço de trabalho adequado, protegido de intempéries, onde podem ser planejadas formas de trabalho em acordo com os princípios da ergonomia e segurança do trabalho. Além disso, com um espaço adequado para armazenar e separar o material, elimina-se a necessidade das associadas armazenarem o lixo nas próprias casas, dando melhores condições de higiene e saúde. A integração a um plano municipal de resíduos sólidos e deixando essa coleta a serviço da prefeitura, elimina-se essa exposição a riscos e condições de trabalho extenuantes, concentrando o trabalho na separação e beneficiamento do lixo dentro do barracão.

DESAFIOS ENFRENTADOS: A AUTOGESTÃO



Historicamente, muitos destes indivíduos foram violados em seus direitos, o que faz com que essas pessoas apresentem uma série de limitações que estão longe das qualificações exigidas pela sociedade quando se fala em trabalho formal. Assim, é preciso levar isto em consideração e atentar-se às especificidades desses sujeitos quando se pensa em propostas, ações, políticas públicas ou qualquer outra dinâmica envolvendo este público alvo. Visto que deixar essas pessoas a sua própria sorte é ver retroceder a história anterior de muitos, quando estes ficavam sob sol e chuva, no trabalho das ruas, ou ainda, quando muitos não tinham qualquer perspectiva de trabalho.

Quando se tem em mente a criação de um trabalho na perspectiva do associativismo deve-se levar em conta alguns aspectos, como: o respeito, a autonomia, a tomada de decisões coletivas, proximidade do local de moradia, sede, instrumentos necessários para realização do trabalho, entre outros. Esses aspectos devem fazer parte do processo de trabalho com vista aos princípios da Economia Solidária.

Porém, mesmo a ARREP desenvolva o trabalho sobre outro modo de produção, não se pode negar que a maior parte da rede de colaboradores provém e realiza seu trabalho sobre outra ótica, ou seja, sob o modo de produção capitalista. Isso aliado ao aspecto da autogestão se coloca como um entrave na relação das tomadas de decisões da associação, visto que na maioria das vezes há interferências de agentes internos na rotina de trabalho dos associados. Isso se manifesta muitas vezes nas decisões do poder público e no custo dos materiais vendidos a atravessadores, o preço que varia de forma muitas vezes descontrolada e os associados acabam por ter de vender conforme o valor ditado sob pena de não conseguir a renda dos associados.

No que diz respeito ao local de trabalho, um dos desafios enfrentados pela ARREP é a relação de dependência que se estabelece com a prefeitura, visto que esta custeia aluguel do barracão, energia elétrica e água. Por mais que seja uma característica de todas as associações de reciclagem do município, muitas vezes se vê a falta de autonomia das associações frente às decisões do poder público, refletido algumas vezes na interrupção de programas de coleta seletiva e/ou ausência de campanhas de sensibilização sobre a reciclagem.

Alguns dos maquinários que fazem parte da estrutura produtiva da ARREP foram concedidos pela UEPG via IESol, outros foram por meio de projetos que contemplavam a compra de equipamentos e outros foram doados pela prefeitura



municipal. Considerando que alguns dos associados anteriormente desenvolveram a atividade de catadores individuais, colocou-se como um desafio o trabalho com os maquinários, principalmente com a esteira, devido o controle da velocidade em que os materiais passavam. Atualmente isso se coloca como desafio na medida em que os associados devem se apropriar dos meios de produção, a fim de tornar o processo de trabalho menos exaustivo.

Em relação ao processo de trabalho autogestionário, nota-se que devido à rotatividade na associação é um desafio que os novos associados se identifiquem com os ideais da Economia Solidária, visto que muitos já tiveram inseridos numa relação de patrão-empregado que na maioria das vezes não permitia espaços de participação e diálogo. Assim, é necessário que se faça a discussão constante sobre o modo de trabalho que se propõe realizar na associação, tanto com os que já fazem parte do quadro de participantes quanto para os que entram e/ou retornam.

Por fim, compreendendo um pouco sobre a complexidade relacionada ao ritmo, organização e história daqueles que trabalham com materiais recicláveis numa das associações do município, entende-se a necessidade de se ficar atento e ter sempre o cuidado em acompanhar propostas que envolvem o universo de catadores em Ponta Grossa, especialmente nos seguintes pontos: - aproveitamento das estruturas e composição das quatro associações que hoje existem, considerando a necessidade das devidas adequações em cada uma delas; - que se crie sim novas associações e/ou cooperativas, mas para somar as que já existem e não para substituir; - que se organize melhor a logística de distribuição dos materiais recicláveis não sobrecarregando as associações e perdendo materiais que acabam ficando no tempo e tendo que ser mandados para o lixão; - que se acompanhe o processo de migração da associação para outras associações/cooperativas quando for o caso, de forma a garantir que estes não voltem para as ruas por não se adequarem a novos procedimentos e normas que terão que submeter.

Assim, pode afirmar que a IESOL vem constantemente trabalhando numa perspectiva de estar atenta a estes desafios citados acima, na sua proposta de incubação e no seu papel de luta social, bem como, na defesa da garantia de direitos aos trabalhadores do universo da reciclagem em Ponta Grossa e região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A explanação dos elementos que envolvem a incubação da ARREP torna-se muito importante, pois, apresenta peculiaridades do vínculo que a equipe da IESOL mantém junto aos trabalhadores que integram a ARREP. Trata-se de uma relação de alguns anos que nos permite, enquanto projeto de extensão, trabalhar e conhecer cada um dos associados, suas histórias de vida, bem como, os desafios do dia-a-dia e suas estratégias de sobrevivência. Pode-se dizer que cada trabalhador tem uma história que os colocou paralelo ao mercado formal de trabalho, que os levaram a trabalhar na associação de reciclagem e que tem sido muito importante nas suas vidas, tanto pela questão da renda, como na questão de seu próprio reconhecimento enquanto sujeitos inseridos na sociedade a partir da sua contribuição pelo trabalho que realizam, trabalho este pautado até o momento nos princípios da economia solidária: auto gestão, coletividade, democracia, respeito a diversidade, entre outros.

A ECOSOL tem sido contribuidora nesse grupo não apenas no que tange a questão de geração de renda, mas, principalmente tem impactado no fortalecimento dos vínculos entre os associados, na capacidade de maior cooperação entre eles na vida para além do trabalho, na capacidade de ação e de participação nas discussões necessárias em busca de seus direitos, assim como, em maior autonomia, confiança e auto estima de cada um dos participantes.

Neste artigo pretendeu-se refletir, a partir do trabalho que a IESOL vem realizando com a ARREP, como a economia solidária é uma forma de trabalhar em conjunto com outras políticas, visando democratizar as relações, possibilitar a autonomia dos sujeitos para a vida em diversos aspectos, além das questões de geração de renda impactando o mínimo possível no meio ambiente.

As ações de geração de trabalho e renda são um exemplo disso, com experiências concretas de instituições, como é o caso das Universidades, através das ITCPs, realizando capacitação de pessoas, assessoria, doação de recursos ou cessão de infraestrutura para apoiar associações e cooperativas populares.

Através dos resultados que se tem observado a partir das ações realizadas até o momento, pode-se dizer que houve uma melhora significativa tanto nas condições de sobrevivência básicas, como no acesso a alimentação, vestuário, saúde, escola, como na forma como estes sujeitos se auto reconhecem na sociedade, isso principalmente a partir do momento que podemos observá-las com a cabeça erguida, questionando, argumentando, querendo participar das escolhas que se referem a associação, e principalmente, por estes sujeitos começarem a sua caminhada em busca de melhores condições de vidas para eles e para as futuras gerações, tanto em



questões ambientais, como em questões sociais. Contudo, é sabido que se tem muito a que enfrentar e muito a conquistar ainda no trabalho que vem se desenvolvendo e que foi refletido neste artigo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rosângela N. de C. **A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A Produção de sentido e a construção social da Economia Solidária**. Brasília, 2010.

EIDELWEIN, Karen. **Economia Solidária: a produção dos sujeitos (des)necessários**. Porto Alegre: PUC-RS, 2009.

MOURA, R. R. de. Et al. **A IESOL – Incubadora de Economia Solidária e a parceria com o CRAS – Centro de Referência em Assistência Social da região Santa Luzia em Ponta Grossa-PR: perspectivas de geração de renda e educação ambiental**. In: III Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Rede ITCPs e I Simpósio Internacional de extensão universitária em Economia Solidária, 2011, Porto Alegre. III Congresso Rede ITCPs. , 2011.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional d Assistência Social. Brasília. Novembro de 2004. Disponível em <http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000877.pdf> acesso em abril de 2012.

SINGER, P. **Economia Solidária: entrevista com Paul Singer**. Estudos avançados vol. 22, nº 62, p. 289 a 314, 2008.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.